

Proposta de Lei n.º 38/XV/1.<sup>a</sup>  
(Aprova o Orçamento de Estado para 2023)

Proposta de Aditamento

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido CHEGA apresenta a seguinte proposta de aditamento:

TÍTULO I

Disposições gerais

CAPÍTULO IX

Outras disposições

Artigo 119.º - A

Abolição da taxa de admissão de provas de doutoramento

Em 2023, o Governo procede à abolição da taxa de admissão a provas de doutoramento, para todos os actos decorrentes no ano lectivo 2022-2023, nas instituições de ensino superior públicas.

Nota justificativa:

Segundo as universidades, a taxa de admissão de provas de doutoramento é utilizada como suporte de custos administrativos, nomeadamente o tempo de serviço necessário associado aos membros do júri para estudo, análise, verificação e argumentação. Porém esta taxa acumula com a propina paga anualmente, e existem instituições que não a cobram, verificando-se também grandes discrepâncias de valores entre as que o fazem. O valor mais alto cobrado actualmente, entre todas as instituições de ensino superior do país, verifica-se na Universidade da Beira Interior (UBI) e manteve-se em 2022 nos

725 euros. Porém, existem outras instituições que não exigem qualquer pagamento extra, como é o caso da Universidade dos Açores e a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD).

Acresce referir, que a falta de regulamentação sobre a matéria, permite considerar que não se trata de uma inevitabilidade, até porque certas instituições não cobram nenhum valor. Nesse sentido, estas não devem requerer aos seus estudantes e investigadores valores que cabe ao Ministério e Governo garantir o financiamento dessas despesas, dado que os alunos, especialmente, neste ano, já estão numa situação vulnerável e devem ser dispensados de assegurar despesas que, muitas vezes, nem sequer existem. Em 2021, ex-ministro do Ensino Superior, Manuel Heitor, ter-se-á comprometido a incluir estes custos no Orçamento de Estado, medida que foi travada pelo Ministério das Finanças.

São Bento, 31 de Outubro de 2022

O Grupo Parlamentar do Partido CHEGA,

André Ventura - Bruno Nunes – Diogo Pacheco de Amorim - Filipe Melo - Gabriel Mithá  
Ribeiro - Jorge Galveias - Pedro Frazão - Pedro Pessanha - Pedro Pinto - Rita Matias -  
Rui Afonso - Rui Paulo Sousa